

O direito à aprendizagem sobre infecções sexualmente transmissíveis: um relato de experiência interdisciplinar

Rosani Landim Lucas¹

Alana Cecília de Menezes Sobreira²

Resumo: A educação sexual no sistema público brasileiro ganhou visibilidade a partir do ano de 1996 por ocasião do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Na atual conjuntura nacional, a Educação sofre uma regressão nesse sentido. A BNCC aborda a temática de maneira reduzida à disciplina de Ciências, indicando ênfase no estudo da reprodução humana e de Infecções Sexualmente Transmissíveis, sendo contemplada apenas no oitavo ano do ensino fundamental. O objetivo dessa pesquisa foi discutir as formas de contágio, prevenção e tratamento de algumas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Este trabalho consta do relato de experiência a respeito do desenvolvimento de seis aulas sobre IST, ministradas pelo professor de Biologia. Os estudantes reconhecem a importância do assunto, sendo letrados, ainda que com dificuldades quanto ao uso do sistema de leitura e escrita. O caminhar de forma interdisciplinar é relevante, permitindo ao estudante aplicar o seu conhecimento biológico na produção do gênero conto.

Palavras chave: IST, Educação sexual, Interdisciplinaridade.

1 Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia- PROFBIO da Universidade Estadual do Ceará - UECE, lukarosy@hotmail.com;

2 Docente da Universidade Estadual do Ceará - UECE, alana.cecilia@uece.com.

Introdução

Transcorridas mais de quatro décadas de reconhecimento da existência de uma nova síndrome, caracterizada como a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), pesquisadores da área da saúde afirmavam que se dedicar ao conhecimento sobre os vários aspectos da epidemia de HIV/AIDS no Brasil suscitava oportunidades de aprendizagem e reavivava o interesse pelo tema. Uma vez que, tal aprendizagem possibilitaria:

Formular respostas adequadas às diversas facetas desse renovado desafio à saúde pública mundial; e interesse, pois, num momento de vigorosa atuação da saúde pública, a AIDS permanece uma pandemia longe de um controle a curto e médio prazos, e ainda capaz de tornar visíveis segmentos populacionais e redes sociais até então obscurecidos pelos nossos preconceitos e indiferença, além de trazer ao debate as demais doenças sexualmente transmissíveis (DST), habitualmente negligenciadas como de menor relevância. (FONSECA; PEREIRA, 2007)

De fato, conforme nos ensina Saviani (2008), partindo do entendimento de que a escola é influenciada pela sociedade e tem por missão munir os estudantes do conhecimento científico, de modo que possam vir a agir politicamente em algum momento, transformando uma realidade em algum sentido, no cenário da Educação, “a inserção da educação sexual no contexto escolar teve início, na perspectiva de aquisição de direitos, a partir da década de 1980”. (BARBOSA; FOLMER, 2019, p.226).

De acordo com o último autor, em 1994, foi aprovado no Comitê Nacional de Educação Preventiva Integral (CONEPI) em sua 4ª reunião, o documento de Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, elaborada pelo Ministério da Educação (BARBOSA; FOLMER, 2019, p.226).

É importante considerar em nosso estudo que “apesar do discurso do referido documento ter um olhar puramente higienista da educação preventiva, já defendia que a Educação Sexual tem como finalidade melhorar a qualidade de vida do indivíduo e da coletividade”. (BARBOSA; FOLMER, 2019, p.226)

A educação sexual ganhou maior visibilidade a partir do ano de 1996 por ocasião do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacional (PCN), elencado como tema transversal “Orientação Sexual”.

Recorrendo ao documento, constatamos que a orientação sexual defendida pelo mesmo, deveria ser promovida em uma perspectiva biológica e

cultural, de maneira sistematizada e organizada, uma vez que constituía os objetivos de tal documento: “promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade” (BRASIL, 1996, p. 73).

Pesquisadores ressaltaram em um de seus estudos que, “após vinte anos dos PCN, ainda não há qualquer registro de trabalho que apresente uma prática de educação sexual semelhante ao que está sendo proposto no referido documento, principalmente no que diz respeito à transversalidade”, o que pode, na visão do autor, estar associado à falta de acesso dos professores aos PCN e também à falta de formação continuada. (BARSOSA; FOLMER, 2019, p.227)

Em 2001, um importante documento para a área da Educação tornou-se pauta de relevantes discussões: o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001), documento que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional que vigorou até o ano de 2010. No âmbito das questões de sexualidade nos objetivos e metas para os cursos de formação docente, no referido documento, incluíam-se nas diretrizes curriculares estudos dos assuntos relacionados às problemáticas tratadas nos PCN como temas transversais, especialmente no que se referem às abordagens de gênero, educação sexual, ética, saúde e temas locais. No entanto, de forma lamentável, ressaltamos que na edição do PNE de 2014 – 2024 houve uma supressão para as questões da sexualidade. O referido documento limitou-se a um objetivo superficial de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. (BARBOSA; FOLMER, 2019, p. 228)

A informação acima é preocupante diante do fato de estar aumentando consideravelmente o índice de pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) no Brasil. No atual documento de caráter normativo e orientador das propostas curriculares, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se observa “que na proposta da BNCC, a temática educação sexual foi reduzida à disciplina de Ciências, indicando ênfase no estudo da reprodução humana e de Infecções Sexualmente Transmissíveis”. Sendo contemplada apenas no oitavo ano do ensino fundamental. (BARBOSA; FOLMER, 2019, p. 228)

A Base Nacional Comum Curricular, orientadora dos currículos, foi gestada num contexto político de forte influência do pensamento conservador, e portanto, altera a inclusão de temáticas de gênero, orientação sexual e diversidade nas propostas curriculares da educação do Brasil, em nome da “preservação da moral” e dos “bons costumes”, descaracterizando o que sustentava os documentos anteriores da área.³

No campo de elaboração da BNCC, existiram fortes embates com divergências de pensamentos, dos quais prevaleceu uma onda de conservadorismo. Diante desse cenário, a aprovação da BNCC se deu a partir de sua terceira versão. Nesta, temas como gênero e orientação sexual foram suprimidos.

É importante destacar que “sem a presença dos termos diversidade sexual, gênero e educação sexual nos documentos oficiais das políticas públicas de educação” Barbosa & Folmer (2019), concordam com Lorenzi (2017), quando diz que a prática docente sofrerá comprometimentos quanto às questões ligadas à sexualidade.

Para Barbosa & Folmer (2019), precisamos pensar em quais consequências a ausência desses temas irão trazer para dentro das escolas e extramuros delas. Nesse sentido, ao passo que se instigam reflexões, uma das inquietações é: que tipo de cidadãos queremos formar para a sociedade?

Tal indagação não parece de difícil resposta, pois sabe-se que a população jovem é considerada a mais vulnerável às IST, principalmente HIV. A Organização Mundial da Saúde, afirma que a maioria dos jovens dá início à sua vida sexual cada vez mais cedo, geralmente entre 12 e 17 anos. Estudos mostram que, a cada ano no Brasil, quatro milhões de jovens tornam-se sexualmente ativos e que 12 milhões de pessoas se infectem por alguma IST ao ano, sendo um terço em indivíduos com menos de 25 anos. (SILVA, 2015, p.224).

Tais dados possibilitam reflexões e questionamentos se as políticas educacionais não estariam na contramão dos fatos. Ou seja, ao passo em que se constata que vem aumentando o número de pessoas infectadas por alguma forma de IST, existe na letra dos documentos orientadores do currículo, uma exclusão das oportunidades de debates de temáticas relacionadas a esse respeito.

3 A BNCC foi homologada em 2018 e teve forte influência de ala mais conservadora na sua elaboração final. A partir de 2019, com a mudança de Governo Federal, essa onda conservadora ocupa o cenário de maneira mais efetiva.

Sendo a adolescência uma fase em que os jovens estão vulneráveis a contrair, por falta de informação, algum tipo de IST, consideramos de fundamental importância promover um diálogo na escola a esse respeito.

Diante do exposto, é necessário que a escola, uma vez influenciada pela sociedade, da qual é parte, reconheça as suas reais necessidades, e na condução de suas atividades, cumpra o papel de interação com o meio, reflexão e construção de saberes, não se omitindo de abordar temas relevantes à formação do estudante, ainda que, tais temas venham sofrendo uma supressão no campo do currículo oficial.

O presente artigo visa socializar atividade interdisciplinar com foco nas infecções sexualmente transmissíveis utilizando a produção de conto como produto final da aprendizagem.

Materiais e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, pois, “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”. (GODOY, 1995, p.21)

Nesse sentido, a coleta e análise dos dados analisam e descrevem o fenômeno em sua complexidade, ao invés de quantificá-lo.

A experiência vivenciada em sala e laboratório de informática durante 6 aulas de Biologia, com alunos de uma turma do segundo ano do Ensino Médio Regular, no turno noturno, de uma escola pública estadual, consistiu de duas etapas.

A primeira etapa do projeto se deu com revisão bibliográfica sobre a importância do ensino de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na adolescência, sendo lançada a proposta da interdisciplinaridade entre os componentes de Biologia e Língua Portuguesa, onde se possibilitou a prática de letramento, mediante a estratégia de escrita do gênero conto. Para esta finalidade, a própria professora de biologia se embasou teoricamente sobre a estrutura do gênero conto, compartilhando tal conhecimento com os estudantes.

A segunda etapa constou da análise de conteúdo dos contos produzidos pelos grupos de estudantes. Tal análise baseou-se nos seguintes parâmetros: a) Estrutura do conto, b) Elementos que deveriam constar no conto, c) Veracidade das informações prestadas e d) Coerência da aplicação do fragmento textual indicado.

Por fim, cada grupo apresentou sua produção, ocasião em que foi possível dar uma devolutiva sobre os aspectos analisados pelo professor. A atividade pedagógica em questão foi desenvolvida em 6 (seis) horas-aula e seguiu os seguintes passos:

Momento 01 (aulas 1 e 2) - A professora iniciou a aula indagando os estudantes sobre o acesso à informação nos dias atuais em comparação ao passado e se a informação pode ajudar a se prevenir de doenças. Em seguida, pediu que os estudantes realizassem a leitura de uma notícia referente à incidência de casos de IST no mundo e no Brasil, incentivando-os a fazerem um levantamento sobre as possíveis causas que estariam levando os jovens a se infectarem.⁴

Posteriormente, os estudantes foram orientados a formar grupos de estudo e pesquisarem por meio de sites especializados, sobre uma IST, em específico, seu agente etiológico, sintomas, formas de contágio e tratamento.

Momento 02 (aulas 3 e 4) – A professora retomou o assunto da aula anterior, se certificando se cada grupo havia realizado a pesquisa. Diante da afirmativa, informou que os estudantes, com base nas informações pesquisadas na aula anterior, iriam elaborar um conto, com elementos textuais pré-estabelecidos.⁵ Para tanto, lembrou com os alunos a estrutura do gênero textual- Conto. Em seguida, distribuiu alguns fragmentos textuais da obra “O Pequeno Príncipe” e pediu que os alunos os encaixassem de forma coesa e coerente no conto que seria produzido.⁶

Reiterou que, por meio de tal produção, os grupos seriam avaliados quanto aos seguintes aspectos: a) Estrutura do conto, b) Elementos que deveriam constar no conto, c) Veracidade das informações prestadas e d) Coerência da aplicação do fragmento textual indicado.

Momento 03 (aula 5) – Os estudantes foram orientados a socializarem o conto produzido pelo grupo. Os alunos escolheram em cada um de seus grupos um representante, que fez a leitura, enquanto a professora registrava suas considerações.

4 O levantamento de causas foi feito com base no conhecimento prévio dos alunos.

5 Grupo 1 - Final do brasileiro, HIV, adolescência, cuidados; Grupo 2- Piscina, copo de bebida, herpes labial, cura; Grupo 3- Maternidade, bebê, sífilis, antibiótico; Grupo 4- Viagem ao exterior, Hepatite B, vacina, autoestima.

6 Trechos da obra “O Pequeno Príncipe” de Antoine Saint Exupéry: Grupo 1- “Só se vê bem com o coração”; Grupo 2- “O essencial é invisível aos olhos”; Grupo 3- “tu te tornas eternamente responsável pelo que cativas”; Grupo 4- , “Num mundo que se faz deserto, temos sede de encontrar um amigo”.

Momento 04 (aula 6) – A professora fez as devidas considerações em relação ao que foi apresentado por cada grupo de estudantes, com o intuito de validar ou sugerir alterações.

Resultados e Discussão

O presente estudo teve a intenção de colaborar com a abordagem da temática IST, mediante aplicação de estratégias de leitura e escrita, bem como, promover a reflexão sobre o aumento dos índices de pessoas infectadas no Brasil por algum tipo de infecções estudadas e as prováveis causas.

No conto do grupo 1, *Do errado para o certo*, o grupo de estudantes atendeu a todos os critérios estabelecidos. Informaram corretamente os sintomas e frisaram que foi muito difícil o tratamento, não esclarecendo detalhes da dificuldade do tratamento, bem como, o fato de não se ter a cura da infecção por HIV.

Do ponto de vista linguístico, apresentaram dificuldades com acentuação, ortografia e paragrafação. Entretanto, o grupo apresentou habilidade em usar elos coesivos, pois, empregou adequadamente o fragmento proposto.

O conto do grupo 2, em termos de conhecimentos biológicos, atendeu parcialmente aos requisitos solicitados. Do ponto de vista conceitual, a equipe se equivocou quanto ao uso dos termos “infecção” e “doença”. A personagem já namorava o rapaz que tinha herpes labial, no entanto, o texto traz a informação de que o contágio somente ocorreu pelo uso compartilhado do copo. Informou, porém, que a doença não tem cura e que existe um tratamento para diminuir os sintomas.

Quanto à estrutura do texto, não houve o fechamento do enredo, conforme prevê o gênero em questão. Além disso, os estudantes apresentaram erros de ortografia, pontuação e uso do parágrafo.

O grupo 3 não atribuiu um título e nem uma formatação correta ao texto, pois os estudantes saltaram linhas e apresentaram muitos erros de ortografia e pontuação. Além disso, fizeram uso de linguagem coloquial e termos pejorativos.

No entanto, prestaram corretamente as informações ao dizer que a personagem *mãe* (gestante) passou sífilis para seu filho, que o tratamento é à base de antibióticos e que a doença tem cura.

Por fim, no conto produzido pelo grupo 4, intitulado *Um vôo de lágrimas*, quanto à análise de conteúdo, percebe-se que os estudantes tiveram pleno domínio da estrutura deste gênero textual e citaram os elementos

solicitados. Além disso, atenderam aos quesitos veracidade das informações prestadas e a coerência do fragmento textual indicado.

Dentre as informações prestadas, disseram que a hepatite B tem cura e que a pessoa infectada precisa de apoio, sugerindo que isto melhoraria seu quadro imunológico, facilitando a recuperação. Apresentaram, entretanto, uma certa deficiência quanto à ortografia, acentuação e parágrafo. Além disso, é interessante notar que os estudantes se equivocaram quando citaram as orientações do médico como se a personagem estivesse na realidade brasileira. Nesse caso, a personagem Ana já havia retornado aos Estados Unidos e, ainda assim, a orientação médica é de que havia tratamento pelo SUS, tornando-se uma informação contraditória, pois, naquele país, a assistência à saúde ocorre por iniciativa privada.

Em relação ao exposto no referencial teórico, nos diálogos proporcionados por meio dessa experiência e na análise dos contos, percebe-se que os estudantes já caminham para a conclusão da Educação Básica, necessitando, por seu próprio reconhecimento, serem educados sobre sexualidade e IST. Outras observações dignas de nota é que em todos os contos, atribuiu-se a “culpa” por não usar preservativo ao uso excessivo de bebida alcoólica e a ocorrência da infecção ao “parceiro eventual”.

Quanto aos aspectos voltados a questão da alfabetização e do letramento, nota-se que os estudantes se sobressaem em práticas sociais de escrita - letramento. Porém, deixam muito a desejar na questão do domínio do sistema de escrita, principalmente da ortografia e pontuação, portanto, da alfabetização.

Considerações Finais

Os estudantes do segundo ano do Ensino Médio, colaboradores dessa experiência, se interessam por esse assunto – IST e são letrados, ainda que apresentem muitas dificuldades quanto ao uso correto do sistema de leitura e escrita.

Constata-se que, caminhar no sentido de “descobrir” como se trabalha de forma interdisciplinar pode ser relevante, pois permite ao estudante aplicar seu conhecimento biológico na produção de um gênero literário - conto, desenvolvendo habilidades relacionadas à reflexão, criticidade, criatividade e argumentação.

Agradecimentos e Apoio

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, por incentivar seus pesquisadores na construção do conhecimento e a todos os professores do Mestrado Profissional em Ensino de Biologia- PROFBIO, pela contribuição na melhoria de nossa prática enquanto educadores.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio. Parte III Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: SEMTEC/Ministério da Educação, 1998.

BARBOSA, L. U; FOLMER, V. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: Percepções de professores da educação básica. REVASF, Petrolina (PE), v. 9, nº 19, mai-ago.

2019. p. 221-243. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/515>. Acesso em: 12 nov. 2019.

FONSECA, M. G. P.; PEREIRA, G. F. M. Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS no Brasil do século XXI: o desafio e a resposta. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 3, p. S330-331, 2007. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 24 nov. 2019.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LORENZI, F. Educação sexual na formação do/a pedagogo/a no estado do Paraná. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná, 2017. Disponível em: < <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3326> >. Acesso em: 23 nov. 2019.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Campinas (SP): Autores Associados, 2008.

SILVA, R. da. Quando a escola opera na conscientização dos jovens adolescentes no combate às DST's. Educar em revista, Curitiba, nº 57, jul-set, 2015. p. 221-238. Disponível em: [http:// www.scielo.br/pdf/er/n57/1984-0411-er-57-00221.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n57/1984-0411-er-57-00221.pdf). Acesso: 24 nov. 2019.